

Análise das adversidades alimentares enfrentadas pela escola municipal professor Ulisses de Góis

Ana Clara Costa

2

RESUMO

A escola pública está inserida em um contexto de muitas problemáticas e deficiências. E uma das problemáticas recorrentes é referente a alimentação. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) objetiva promover a segurança alimentar e nutricional aos estudantes das escolas públicas, por meio do oferecimento de alimentos de qualidade, de maneira direta ou indireta. Durante a Disciplina de Estágio Supervisionado de Formação de Professores, de caráter observatório, foi notado contratempos referentes à alimentação pela gestão escolar. Sabendo das políticas públicas relacionadas à alimentação escolar, este trabalho tomou como tema a análise das adversidades alimentares enfrentadas pela Escola Municipal Professor Ulisses de Góis e objetivou analisar as dificuldades enfrentadas pela gestão da alimentação escolar e suas consequências no cotidiano escolar. Foi utilizado o método de pesquisa exploratório qualitativo, com uso de entrevistas semiestruturadas e questionários, chegando à conclusão de que as políticas públicas referentes à alimentação precisam ser mais eficazes.

Palavras-chave: Alimentação Escolar; Gestão da Alimentação; Adversidades Alimentares; Insegurança Alimentar.

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Professor Ulisses de Góis, fundada em outubro de 1976, fica localizada no Bairro de Nova Descoberta, Natal-RN, Brasil. É uma Escola Municipal, pertencente ao Município de Natal, localizada em um bairro de classe social média, bem localizada, próxima à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Apesar de estar situada em um bairro de classe média e próxima a bairros nobres, a maioria dos alunos pertence à classe social baixa à média e, em sua maioria, são moradores do próprio bairro. A escola oferece diferentes modalidades de ensino, sendo eles: Ensino Infantil, Ensino Fundamental e EJA (Educação para Jovens e Adultos). Estes, por sua vez, são distribuídos pelos turnos da manhã, tarde e noite. A instituição conta com uma considerável quantidade de salas de aula, sendo 10 de ensino regular, e conta ainda com salas destinadas para pessoas com necessidades especiais, bem como biblioteca, quadra e outros “cômodos” atribuídos para os alunos.

Durante a caracterização do seu espaço e reconhecimento da cultura escolar, foi notado comportamentos peculiares no momento de intervalo, conhecido popularmente como “recreação”, levantando pontos importantes e intrigantes, como o uso do tempo deste período, distribuição dos alunos neste ambiente e, em especial, os alimentos consumidos pelo corpo estudantil e a administração deste. As escolas, ainda, estão inseridas em um contexto de muitas problemáticas e deficiências de diferentes origens, principalmente as escolas públicas. Em meio a esta caracterização e observação, no nosso campo de Estágio, percebemos ainda mais essas problemáticas e deficiências que a escola apresenta. Além disso, durante essa caracterização da cultura escolar, notamos contratempos referentes, principalmente, à insegurança alimentar, como: recebimento de alimentos errados; alimentos solicitados que não chegam, a inadequação e a insuficiência de alimentos disponíveis para nutrir os estudantes. Contratempos estes, não exclusivos desta escola, mas todos vivenciados pela gestão escolar e impactando no cotidiano dos seus estudantes.

Por conseguinte, se faz necessário dissertar sobre a relação da alimentação com a educação, conforme mostrado na preocupação do governo com a criação de vários programas relacionados à alimentação estudantil. Sendo, esses programas garantidos pela ação do Governo como diz a Constituição Federal de 1988, em específico, no artigo 208 inciso VII que visa o “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”. Dessa maneira, de acordo com Carvalho (2016):

A alimentação escolar tem por objetivo contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional, ressaltando o quão importante é a influência da alimentação para o estudante. (Carvalho, 2016)

Diante das demandas, houve a criação, pelo Governo Federal, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), este, visa auxiliar no processo de aprendizagem, crescimento nutricional, rendimento escolar e na construção de hábitos alimentares mais saudáveis dos estudantes por meio do fornecimento de refeições que correspondam às necessidades nutricionais dos alunos durante seu período letivo, em toda a educação básica até a Educação de Jovens e Adultos (EJA). O PNAE é coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que além de gerir o Programa, também possui papel de prestar auxílio financeiro, bem como fiscalizar os recursos transferidos aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios. Atualmente, os Municípios, Estados e Distrito Federal podem receber o recurso por meio de transferência automática em corrente do PNAE. Dessa forma, não é necessário contrato e acordos com terceiros. Essas transferências são realizadas através do FNDE, em dez parcelas mensais, para cobrir os duzentos dias letivos, em torno de fevereiro a novembro.

O repasse do recurso financeiro é realizado conforme o número/quantidade de alunos matriculados no Censo Escolar realizado no ano anterior ao vigente, sob gerência e responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); e aqui já temos um ponto: e se houver novas matrículas na escola, eles não entram nessa contagem? Uma vez que o recurso chega levando em consideração apenas a quantidade de alunos matriculados no ano anterior. Então, o recurso que chega à escola pode ser insuficiente para a quantidade de alunos? Aqui já é possível observar uma das adversidades que a escola enfrenta quanto à alimentação, que será discutida em outro tópico. Além disso, os valores repassados aos Municípios, Estados e Distrito Federal, definidos por resolução do Conselho Deliberativo do FNDE (CD/FNDE), dependem da etapa e da modalidade de ensino dos alunos, além de serem estabelecidos por dia letivo para cada aluno. Os estudantes matriculados no ensino fundamental em período parcial, o qual é o caso dos alunos participantes da pesquisa, são de R\$0,50.

Tendo estas problemáticas iniciais em vista, tornou-se necessário a ampliação do olhar do grupo acerca da administração e gestão da alimentação escolar, bem como a sua influência no cotidiano escolar dos alunos. Almeida (2009, p.12) fala que: “A alimentação constitui uma das atividades humanas mais importantes, não só do ponto de vista biológico, mas também por envolver aspectos sociais, psicológicos e econômicos essenciais na evolução das sociedades”. Diante dessas análises, é importante entender como funciona essa relação de alimento-escola-aluno, pois o entendimento desta relação se faz importante para o desenvolvimento saudável, social e educacional de crianças e adolescentes. Além disso, percebe-se que a escola possui um papel muito importante neste cenário, por promover a oportunidade de os alunos receberem uma alimentação adequada, equilibrada e essencial para o desenvolvimento e a aprendizagem. A resolução CD/FNDE n.º 38 de 16/07/2009 em seu Art. 1º fala que: A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado, e será promovida e incentivada, com vista ao atendimento dos princí-

pios e das diretrizes estabelecidas na resolução criada. Dessa maneira, se fez pertinente analisar as adversidades enfrentadas pela escola referente à alimentação e como esta pode impactar no cotidiano escolar.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste trabalho, foi utilizado o método de pesquisa que se configura em abordagem exploratória qualitativa. De acordo com as autoras Denise Silveira e Fernanda Córdova (2009), a pesquisa qualitativa não procura se preocupar com as representatividades numéricas, mas, sim, com o aprofundamento do conhecimento de um grupo social, de uma estruturação. Tem como pressuposto descobrir as bases e trazer informações para que estas permitam o alcance/resultado esperado, ou que pelo menos permita formular hipóteses. (Silveira; Córdova, 2009)

Para a obtenção de dados, buscando o alcance do objetivo de pesquisa, foram utilizados procedimentos metodológicos e algumas técnicas de coleta de dados. Como estratégia inicial, fizemos um questionário misto contendo perguntas abertas e fechadas (apêndice) com os alunos, de modo que não houvesse desestimulação dos alunos e tendo como propósito coletar o máximo de informações dos alunos referentes à alimentação, tanto no contexto escolar, como fora dele. O questionário foi realizado de forma anônima, pois a identificação do aluno não foi necessária para a realização da pesquisa. Este, ainda, foi impresso para que os alunos respondessem, manualmente, uma vez que a escola não possuía internet de qualidade e nem todos os alunos possuíam ferramentas para um possível questionário de modo virtual. Para a aplicação do questionário, foi necessário a autorização dos pais ou responsáveis, pois os alunos eram menores de idade. Então os alunos levaram um Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) para casa, para os pais ou responsáveis autorizarem a participação do aluno na pesquisa, mantendo a integridade do aluno e da pesquisa. As respostas obtidas no questionário aplicado foram transcritas, tabuladas e analisadas na plataforma Google Docs, para assim obter a compreensão da percepção dos alunos referente a alimentação escolar e seus desdobramentos.

Após aplicação dos questionários com os alunos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas (apêndice) com os gestores e merendeiras da escola. Nesta, o objetivo também foi de obter informações referentes à alimentação escolar e seus impactos no cotidiano escolar. Neste, diferente do questionário aplicado com os alunos, não foi necessária uma autorização externa, o próprio participante pode assinar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), por se tratar de participantes maiores de 18 anos. Essa entrevista semiestruturada não foi impressa, pois as perguntas foram feitas e respondidas oralmente, com o auxílio de gravadores, sob consentimento, para que fossem transcritas na plataforma Google Docs e analisadas posteriormente.

Posteriormente a essas ações, observações, semi-entrevistas e questionários, as infor-

mações/dados foram reunidas e analisadas, para que pudéssemos entender os aspectos relacionados à alimentação escolar e principalmente as adversidades enfrentadas pela escola relacionadas a esta, para chegarmos à conclusão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As turmas escolhidas para participar da pesquisa foram do 7º, 8º e 9º ano do Ensino Fundamental do turno vespertino. Estas, por conter alunos menores de idade, levaram os Termos de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) para os pais ou responsáveis assinarem em casa. Apenas 4 alunos trouxeram os termos assinados, tendo apenas 4 alunos participantes, num total de 392 alunos que estão matriculados na Escola, sendo 7º, 8º e 9º ano representantes do maior percentual quantitativo total de alunos. Isto se deve, segundo a Gestão, pela falta de interesse dos alunos e de seus responsáveis.

Analisando a quantidade total de participantes que aderiram à pesquisa, obtivemos apenas 8 participações, das quais, a maioria, veio dos alunos. Foram 4 alunos no total, sendo: 2 alunos do 7º ano e 2 alunos do 9º ano, ambos do Ensino Fundamental do período vespertino, nenhum aluno do 8º aderiu à pesquisa. Além de 1 Merendeira e 3 integrantes da Gestão da Escola (Figura 1). Com a quantidade de participantes que colaboraram com a pesquisa não se é possível fazer uma generalização, mas já é um início para tentarmos compreender todo esse cenário que objetivamos na pesquisa.

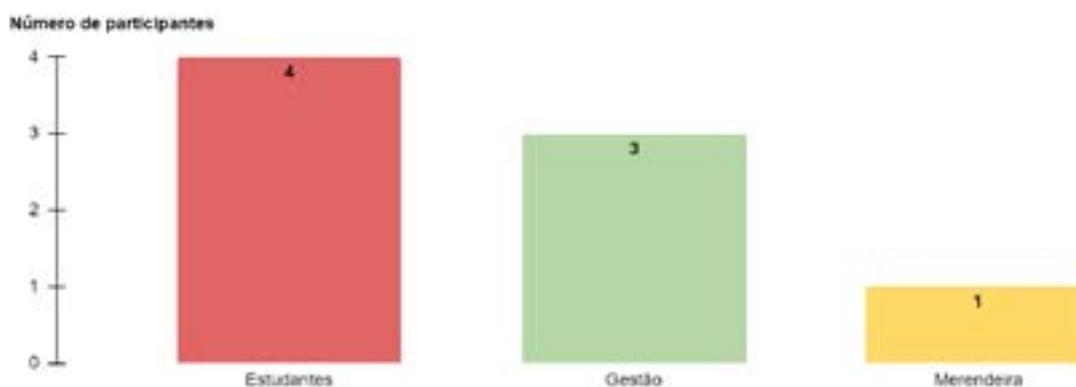


Figura 1. Quantitativo de participantes da pesquisa e suas respectivas ocupações na Escola Professor Ulisses de Góis - Natal/RN no ano de 2023

Perguntamos aos alunos participantes se eles comiam a comida oferecida pela escola, para compreender a quantidade de alunos que comiam da merenda escolar (Figura 2). Dos 4 alunos participantes da pesquisa, 75% responderam que sim, que compreende ao total de 3 pessoas e 25% responderam que não, compreendendo 1 pessoa. Na entrevista com a merendeira, ela retratou que a maioria dos alunos come a merenda da escola e isso se mostra, por mais que não se generalize, nas respostas obtidas pelos alunos.

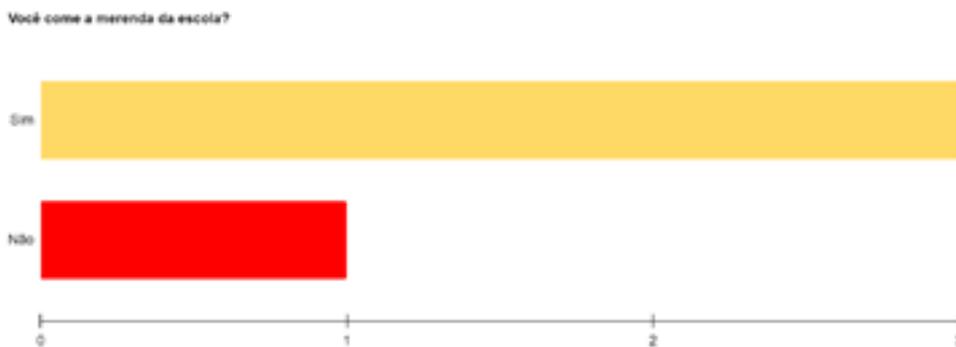


Figura 2. Quantidade de alunos que se alimentam da comida oferecida pela Escola Municipal Professor Ulisses de Góis - Natal/RN no ano de 2023

Posteriormente, perguntamos aos alunos o porquê ele comia ou não o alimento oferecido pela escola, com o objetivo de compreender a importância que a comida tem para o aluno. O aluno 1 falou que comia a merenda para não ficar com fome durante os dois últimos horários; o aluno 2 citou que não come alguns alimentos ofertados, pois não é “fã”; enquanto os outros participantes não responderam. Podemos interpretar que o aluno 1 compreende que o alimento é necessário para que ele consiga concluir suas aulas durante o dia. Em seguida, foi questionado o que o aluno achava da comida oferecida pela escola (figura 3). O aluno 1 falou que gostava, o aluno 2 disse que odiava, o aluno 3 preferiu não responder e o aluno 4 não gosta. A merendeira, por sua vez, na entrevista falou: “Os alunos elogiam bastante a comida, inclusive, me emociono muito, pois recebo muitos elogios dos alunos e isso me dá um sentimento de gratidão”; quando perguntado quais elogios costumavam ser feitos, ela disse: “a comida está muito boa hoje; a comida está ainda mais gostosa hoje”.



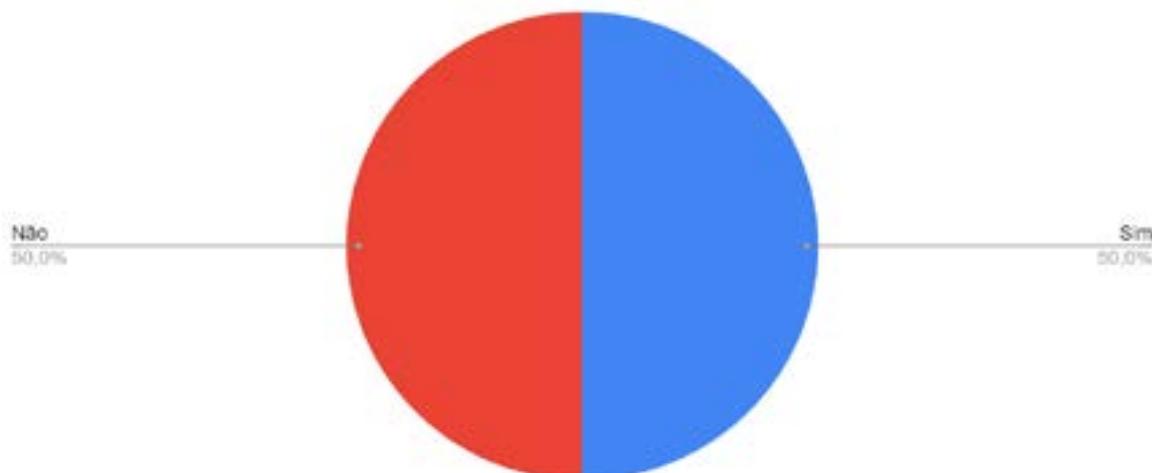
Figura 3. gráfico representando o que os alunos acham da comida da Escola Professor Ulisses de Góis - Natal/RN no ano de 2023

Também foi questionado aos alunos se eles levavam lanche para a escola (Figura 4). Dos alunos participantes, 2 alunos levam lanche para a escola, ao passo que 2 alunos não levam. Associado com a pergunta anterior, os alunos que levam a comida para a escola, são os que costumam não gostar da merenda, e segundo a merendeira, até os alunos que costumam comer da merenda da escola, levam lanche. Por meio disso, também podemos interpretar que os alunos que não levam comida para escola podem gostar do alimento

ofertado ou não tem a possibilidade de levar comida, apesar de não gostar da merenda.

Você traz lanche para a escola?

Figura 4. Quantidade de alunos que levam lanche para a Escola Municipal Professor Ulisses de Góis - Natal/RN no ano de 2023



Foi perguntado ao aluno o que ele achava que deveria comer, mas não comia. O aluno 1 respondeu sopa de carne; o aluno 2 escreveu: “acho que deveria ser uma comida mais forte, para dar mais sustância”; o aluno 3 respondeu frutas e o aluno 4 disse arroz e feijão. Complementarmente, foi questionado o que o aluno comia que ele achava que não deveria comer, as respostas foram: pipoca, carne de soja que a escola oferece com cuscuz, “cheetos” e 1 aluno preferiu não responder.

Para compreendermos se o aluno entendia a importância do alimento, foi perguntado o que, para ele, era uma dieta balanceada, e obtivemos as seguintes respostas: comer verduras, legumes e frutas; comidas saudáveis, mas também algumas com sustância e 2 alunos preferiram não responder. Por fim, no questionário destinado aos alunos, perguntamos se ele gostaria de falar algo mais sobre a merenda da escola, e as respostas foram: “a escola deveria colocar mais alimentos saudáveis, não só suco e biscoito”; “é muito ruim, o suco é só água”; “muitas vezes, teve semana que foi o mesmo lanche todo dia. Biscoito com suco e cuscuz com ovo, por exemplo. Deveria ter mais variações de comidas e comidas melhores, até porque existem alunos que dependem deste alimento” e 1 aluno preferiu não responder.

Diante das respostas levantadas nos questionários, é perceptível que a maioria dos alunos que participaram da pesquisa não compreende o que é uma alimentação saudável e não possui consciência da importância que a alimentação tem para o seu processo de aprendizagem, bem como no seu desenvolvimento saudável, seja físico e/ou mental. Phillipi et al. (2000) disseram que é necessário levar o tema de nutrição e alimentação nas escolas, tendo em vista o papel da alimentação na prevenção de doenças e na conservação da qualidade de vida. Entretanto, devemos levar em consideração também que esse papel não é exclusivo da escola, é necessário que haja uma cooperação com os pais, uma

vez que exercem influência sobre o padrão alimentar da criança e do adolescente, sendo responsáveis pelo oferecimento de alimentos, construindo um hábito alimentar. Podemos assim, considerar a que além de ser necessário as políticas públicas para prover alimento aos estudantes, é preciso um olhar para o conteúdo que é ensinado e nele ser abordado a importância da alimentação.

Nas entrevistas semiestruturadas realizadas com a gestão e com as merendeiras, foram obtidas algumas informações sobre as adversidades enfrentadas pela escola referente a alimentação que, posteriormente, foram analisadas. Uma das adversidades mencionadas foi a quantidade de alimento. Como dito anteriormente, o repasse do recurso financeiro é realizado conforme o número/quantidade de alunos matriculados no Censo Escolar realizado no ano anterior ao vigente, sob gerência e responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que é o programa pelo qual a escola é contemplada. Então, caso cheguem novos alunos no ano vigente, estes não são adicionados/contados no orçamento, que, por sua vez, já é limitado na escola.

Também já citado, os valores que são repassados aos Municípios, que foram definidos por resolução do Conselho Deliberativo do FNDE (CD/FNDE), dependem da etapa e da modalidade de ensino dos alunos matriculados, além de serem estabelecidos por dia letivo para cada aluno. Os estudantes matriculados no ensino fundamental em período parcial, que é o caso dos alunos participantes da pesquisa, são de R\$0,50 por refeição/dia. Olhando para o valor ofertado, sabemos que não é compatível com o preço do alimento do mercado e, com isso, a quantidade de alimento se torna limitada. Questionada se há comida suficiente para todos os alunos, a merendeira falou que, até o momento, sim, mas com os novos alimentos que estavam previstos para chegar à escola, ela acredita que não. Além disso, ela retratou que os alunos podem repetir a comida, apesar de isso não acontecer com frequência, mas que, com o novo orçamento que veio para o ano de 2023, pode ser que não haja mais essa possibilidade. Podemos colocar então como uma das maiores adversidades enfrentadas pela escola a quantidade de alimento ofertado.

Outras adversidades encontradas foram o tempo que este alimento chega até a escola e também sua adequação, quando necessário. O período letivo começou no mês de março, mas a primeira oferta de alimentos chegou apenas em abril. Durante esse mês, no qual não houve entrega de alimento, a gestora precisou ajustar a alimentação para que os alunos obtivessem a merenda. Com uma verba que sobrou do ano anterior, a Gestora pediu para trazer polpa de frutas e iogurte, pois ela complementaria com o biscoito. A mudança da oferta alimentar dificilmente ocorre, pois, segundo a Gestão e a Merendeira, o “plano alimentar” é realizado pela nutricionista do Município, e a comida não pode sair deste plano sem autorização. A nutricionista realiza visitas periódicas, sem avisar, na escola, para saber se tudo está como o previsto para ser. E isto limita a mudança/adequação na refeição ofertada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de o número de estudantes que participaram da pesquisa ter sido baixo, conseguimos analisar as principais adversidades alimentares apresentadas pela Escola Municipal Professor Ulisses de Góis - Natal-RN no ano de 2023. Os resultados encontrados na pesquisa nos permitiram descobrir as origens das adversidades alimentares apresentadas, bem como suas consequências no cotidiano escolar do aluno, seja do ponto de vista do próprio aluno, seja do ponto de vista dos gestores e das merendeiras. Foi percebido o quanto as políticas públicas são necessárias quando se trata de alimentação escolar e o quanto estas precisam ser melhores e eficazes. Também foi percebido que é necessária uma reeducação quanto aos hábitos alimentares dos alunos, bem como melhorar o entendimento deles (alunos) sobre a importância da alimentação, seja escolar ou não.

No tocante às políticas públicas, em específico, a pesquisa mostrou que a demora para chegada dos alimentos ofertados pelo Governo gera um impacto muito forte nos alunos, sendo vista no seu desgosto sobre a mesma. Em conjunto, a quantidade de alimento necessário não consegue ser o suficiente para suprir as necessidades dos alunos, o que dificulta o desenvolvimento do estudante. Nessa lógica, é visto que a maior necessidade se envolve na ação do Governo com suas políticas para que elas possam atingir de maneira efetiva as escolas e seus estudantes, trazendo a melhora da alimentação escolar. Por fim, a temporalidade foi um fator decisivo para a pesquisa, pois foi estudado um foco maior no período em que a alimentação escolar ainda não estava englobando todo o alimento que chega, o que mostra uma falha na gestão governamental da verba alimentar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. DF: Centro Gráfico, 1988

CAVALCANTI, Leonardo. **Efeitos de uma intervenção em escolares do ensino fundamental 1, para a promoção de hábitos alimentares saudáveis**. 2009. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2009.

CARVALHO, Ana. Importância da alimentação para melhorias na aprendizagem de crianças em unidades públicas de ensino. **Revista Somma**, Teresina, n.2, p.74-83, 2016.

GERHARDT, Tatiana et al. **Métodos de pesquisa**. 1º edição. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2009.

MEDEIROS, Lorena. **Políticas de Alimentação Escolar: Técnico em Alimentação Escolar**. 4º edição. Cuiabá: UFMT, 2013.

RIBEIRO, Gisele. SILVA, João. A alimentação no processo de aprendizagem. **Revista Eventos Pedagógicos**, Mato Grosso, n.2, p.77-85, 2013.

SILVA, Leidian; SILVA, Diego. Auditoria na alimentação escolar impacta a taxa de rendimento dos alunos? Estimação do efeito de um programa de fiscalização sobre os estudantes de escolas municipais. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 3 (76), p. 847-869, setembro-dezembro 2022.